



## CONFERÊNCIA DE IMPRENSA, 25.JULHO.2013

### O MEC EXIBE TOTAL DESRESPEITO PELOS PROFESSORES SEM VÍNCULO

#### NUNO CRATO APROVEITA PARA RECUPERAR O VELHO “EXAME DE ESTADO”, MAS NEM PARA ISSO A FENPROF RECONHECE COMPETÊNCIA, CAPACIDADE OU CONHECIMENTOS À ATUAL EQUIPA MINISTERIAL

O governo e, em particular, o MEC respeitam pouco os professores, mas quando se trata de professores sem vínculo – contratados ou desempregados – então o desrespeito é total!

Só nos últimos 2 anos, o governo afastou mais de 15.000 docentes contratados das escolas, despedindo-os, com impacto fortíssimo logo na chamada fase de contratação inicial, ou anual, a que ocorre em finais de agosto e se reporta, para todos os efeitos, a 1 de setembro.

Em **2010** foram colocados 17.276 professores, entre renovações e contratações anuais; em **2011**: 12.821; em **2012**: 7.607; em 2013, segundo o MEC já anunciou em comunicado nenhum professor será colocado!

Mas recordemos o que tem sido o comportamento do MEC de Nuno Crato em relação aos professores sem vínculo, ou seja, vítimas de precariedade:

- **Proliferação de contratos por “oferta de escola”**, muitos deles decididos na base de critérios arbitrários e mesmo ilegais. A IGEC denunciou a situação mas, na esmagadora maioria dos casos nada foi feito e até foram premiadas estas situações, pois só os contratos por “oferta de escola” tiveram, este ano, direito a renovação. Este facto está a lesar milhares de professores sem vínculo;

- **Suspensão ilegal de contratos a termo certo**, sendo antecipada ilegalmente a data da sua cessação. Existem já vários acórdãos de diversos tribunais que condenam o MEC a pagar e contar o tempo de serviço em falta, mas este ministério continuou esta prática;

- **Recusa de pagamento de compensação por caducidade dos contratos** a milhares de professores, apesar de os tribunais já terem produzido 272 sentenças condenatórias do MEC. Estamos perante uma situação de clara má-fé dos responsáveis do MEC;

- **Imposição de medidas orientadas apenas para a destruição de postos de trabalho, visando, essencialmente, despedir professores contratados**. A consequência desta postura tornou-se ainda mais visível na passada segunda-feira com a saída das listas de colocação de professores: em

45.431 professores sem vínculo que se apresentaram ao concurso apenas 3 foram colocados, ou seja, 99,993% dos candidatos ficou de fora, apesar de as escolas precisarem de professores para manterem os seus níveis de resposta, de organização e de funcionamento.

Este resultado é um problema grave para as escolas públicas e um fracasso das políticas educativas, embora Nuno Crato e o governo possam até exultar com o que estão a fazer. Este é um ministro sem um projeto para a Educação, cujo mandato se destina a reduzir recursos na Educação, nomeadamente, os recursos humanos que tanta falta fazem às escolas.

- A anunciada **supressão de uma das mais importantes fases do da contratação de professores, a da “contratação inicial”**, que coloca docentes entre 1 de Setembro e 31 de agosto em horários anuais e completos. Pretenderá o MEC, assim, fazer parecer que não há docentes contratados a satisfazer necessidades permanentes do sistema, ainda que o faça à custa da participação destes professores em atividades importantíssimas da vida das escolas: as de preparação do ano lectivo, incluindo reuniões diversas de departamento e de outros órgãos intermédios da gestão pedagógica das escolas. Mas o MEC pretende ainda com a anulação daquela fase do concurso expressamente prevista na legislação e para a qual todos os professores sem vínculo são obrigados a concorrer, deixar de pagar cerca de 15 dias de salário aos docentes que venha a contratar, podendo ainda levar a que sejam transferidos da Caixa Geral de Aposentações, em que muitos se encontram, para o regime geral de Segurança Social.

Com esta decisão, em 2 de setembro todos os professores sem vínculo estarão apresentar-se, não na escola, mas nos centros de emprego. A FENPROF não deixará de os acompanhar também nesse dia, um dia que será também de protesto contra o MEC de Nuno Crato, o governo que ele integra e as suas insuportáveis opções políticas.

Como se não bastasse todo este desrespeito destilado pelo MEC sobre os professores sem vínculo, a maioria dos quais reunindo os requisitos legais para, há muito, se encontrarem vinculados, surge agora a cereja no cimo do bolo: uma **prova de avaliação de conhecimentos, capacidades e competências dos docentes para o exercício da função docente**.

Somos, fundamentadamente, contra esta prova desde o momento em que Lurdes Rodrigues a inventou com o aplauso, mais ou menos envergonhado, do PSD e CDS. A ideia da prova resulta de uma atitude hipócrita e covarde da tutela e de um inaceitável protecionismo dos lobbies da formação de professores – instalados em instituições financiadas e acreditadas para formarem professores. Face a desconfianças que existam sobre a qualidade da formação inicial de professores e educadores em algumas instituições, o MEC opta por atacar os mais fracos, que são os docentes. Os governantes têm argumentado com a baixa qualidade da formação inicial sem nada fazerem para a sua elevação. **É mais fácil, muito mais fácil, levar os jovens ao engano e depois de um tempo de ilusão, de esforço e de sacrifícios para a obtenção de uma qualificação profissional reconhecida e certificada, destruir-lhes o presente e o futuro. Repetimos: é hipócrita e covarde este comportamento da tutela.**

O MEC quer obrigar a submeterem-se este exame professores com 5, 10, 20 ou 30 anos de serviço, avaliados com Bom, Muito Bom ou Excelente e com renovações sucessivas de contrato por reconhecimento da qualidade do seu trabalho. Professores que foram explorados anos a fio recebendo salários abaixo do ingresso na carreira; professores que já têm tempo de serviço que justificaria, até, estarem a meio da carreira; professores com horários de trabalho superiores aos

dos seus colegas; professores que têm trabalhado num quadro de completa precariedade e que têm sido “pau-para-toda-a-obra” em qualquer ponto do país. Há aqui, até, uma enorme falta de gratidão, um desrespeito completo pelos profissionais... **Falta uma inicial maiúscula a governantes que sujeitam os profissionais a este enxovalho.**

Trata-se de um exame para quê? Para a avaliar da qualidade destes profissionais? As provas estão mais que dadas em anos e anos a dar o seu melhor ao ensino. Mas o MEC quer mesmo afastar gente das escolas, da profissão, dos concursos... Por isso exige que no exame os professores tenham um mínimo de 14 valores **em cada** componente. Curiosamente, admite dispensar da prova os que, com 1 ou 2 anos de serviço, colocados em anterior e até, em não poucos casos, ilegal “oferta de escola”, venham a obter colocação no primeiro período do próximo ano letivo, mas não abdica de perseguir os que, por exemplo, com 20 anos de serviço, ficarem desempregados nesse primeiro período.

Percebe-se o pretendido: conseguir que no próximo concurso dos 45.431 candidatos possíveis, uns valentes milhares de opositores tenham sido liquidados. Mas isto não é só desrespeitar os professores, é abusar da vida de milhares de cidadãos sérios e trabalhadores, responsáveis e competentes que são professores.

A FENPROF discorda em absoluto da criação de uma prova da natureza da pretendida pelo MEC e acrescenta que não reconhece competência, capacidade ou conhecimentos à atual equipa para avançar com o que pretende.

Uma nota final sobre a reunião de amanhã, no MEC. A FENPROF não aceita negociar em período de férias, quando os professores que representa não se encontram nas escolas; mas a FENPROF também não reconhece credibilidade política ao MEC para negociar e assumir compromissos negociais.

Vem isto a propósito do comportamento dos responsáveis ministeriais após a assinatura da ata negocial de 25 de Junho. Os compromissos acordados e que constam dessa ata, em alguns casos, foram completamente ignorados e contrariados no diploma legal que os deveria consagrar. Não é sério pelo que, face a tal comportamento, a FENPROF tenha decidido fazer-se representar nas reuniões por comissões técnicas, não conferindo carácter político às mesmas. Isto significa que essas comissões não serão integradas pelo Secretário-geral da FENPROF, nem por qualquer Presidente ou Coordenador dos seus Sindicatos.

Quem não respeita não merece respeito, diz o povo. O MEC desrespeita de forma continuada e grave os professores e educadores.

Lisboa, 25 de julho de 2013

O Secretariado Nacional